



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2018
PROCESSO SELETIVO - EDITAL DE N.º 001/2018
Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social

O Prefeito Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo – Edital nº 001/2018 - SMAS, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo para entrega de documentos, conforme lista anexa, no prazo de **03 (três) dias úteis** após a data de publicação, para contratação em Caráter Temporário, visando atender o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Os convocados deverão entregar **todos** os documentos solicitados na sede da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, situada a Rua Presidente Costa e Silva, nº 329, Centro, Camboriú/SC, CEP 88340-404, no horário das 12h30m, às 17h30m.

Deverão comparecer os **APROVADOS** de acordo com as funções e classificação final abaixo:

NOME	FUNÇÃO	LOCAL
Sarah Maria da Silva Rodrigues Pinto	Assistente Social	CRAS
Gianne Michele Sanches	Assistente Social	CREAS
Andrelize Maria Nicolau Ortiz	Advogada	CREAS
Sonia Regina de Oliveira	Profissional de Nível Superior	CREAS
Felipe Nazário	Auxiliar Administrativo	CRAS
Jeonilce Sidor dos Santos	Auxiliar Administrativo	CRAS
Luane Izabel Dias Milder	Auxiliar Administrativo	CREAS

ELCIO ROGERIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

RELAÇÃO DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTOS ORIGINAIS E CÓPIAS:

- Comprovante de residência (**no nome do candidato ou declaração do proprietário do imóvel acompanhado do comprovante de residência- LUZ, ÁGUA OU TELEFONE- atualizadas**)
- RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- CPF
- Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital) CREF-quando for o caso
- Certidão de casamento (se houver)
- PIS/PASEP
- CTPS – Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados pessoais)
- Título de eleitor
- Certificado de reservista (se masculino)
- Nº da conta e banco Itaú (cópia do cartão frente e verso ou documento do banco)
- Carteira de Manipulação de Alimentos atualizada (para o cargo de Merendeira)
- Certidão de nascimento de filhos menores

DOCUMENTOS ORIGINAIS

- 01 Fotografia (3X4 ATUAL)
- Atestado médico admissional saúde física
- Autorização para depósito na conta supra. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de IR (se houver) ou declaração de isento IR. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de bens ou de não possuir bens. (modelo anexo ao Edital)
- Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos. (site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> ou direto no Cartório Eleitoral).
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual – (www.tjsc.jus.br)
- Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal – (site: <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____

Declaro para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da lei, que a Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e inscrita no CPF sob o nº _____, é residente e domiciliado (a) na Rua _____ nº _____ Bairro _____ na cidade de _____ – SC.

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente pode implicar na ação penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou Particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos, se o documento é particular.

Por ser verdade, assino o presente.

Assinatura

Camboriú - SC, ____ / ____ / ____

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, _____,
portador(a) do CPF nº. _____ e RG nº. _____ autorizo o depósito, referente à
minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência N° _____ conta _____ da _____
_____ cidade de _____.

Assinatura

Camboriú - SC, _____ / _____ / _____

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, _____
portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____ não sofri, no
exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 – Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
 - II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
 - III - recusar fé a documentos públicos;
 - IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
 - V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
 - VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
 - VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
 - VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
 - IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
 - X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)
- XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
 - XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
 - XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
 - XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - XV - proceder de forma desidiosa;
 - XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
 - XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
 - XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
 - XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

Assinatura

Camboriú - SC, ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu _____, Portador (a) da cédula de identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF/MF sob nº _____, não acumulo Cargos Públicos ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de _____

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____,
portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº
_____, exerço o Cargo Público de _____, lotado na
Secretaria _____, com carga horária de
_____, na cidade de _____, estando desta
forma amparado pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do
Brasil.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de _____

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu, _____, CPF nº _____ e RG nº _____, estou isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário nº 2016.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de _____

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, _____ portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, não tenho bens imóveis a declarar.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de _____

Assinatura do Declarante

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, _____ portador (a) do CPF nº _____ RG nº _____, tenho os seguintes bens:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de _____

Assinatura do Declarante